



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO AGRÁRIAS E EXATAS-DEA
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

ÉDINA ALVES DE ALENCAR

**PDDE E PNAE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO FRANCISCO, MUNICÍPIO DE
CATOLÉ DO ROCHA-PB**

Catolé do Rocha – PB

2021

ÉDINA ALVES DE ALENCAR

**PDDE E PNAE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SÃO FRANCISCO, MUNICÍPIO DE
CATOLÉ DO ROCHA – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a obtenção do grau de especialista em Fundamentos da Educação.

Área de Concentração: Educação do Campo

Orientador: Prof.Dr. Evandro Franklin de Mesquita

**Catolé do Rocha – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A368p Alencar, Edina Alves de.

PDDE E PNAE [manuscrito] : uma análise das políticas públicas na Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco, município de Catolé do Rocha-Pb / Edina Alves de Alencar. - 2014.

29 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Evandro Franklin de Mesquita , Coordenação do Curso de Ciências Agrárias - CCHA."

1. Educação. 2. Políticas Públicas. 3. Escola Rural. I.

Título

21. ed. CDD 370.1

ÉDINA ALVES DE ALENCAR

PDDE E PNAE: Uma análise das políticas públicas na Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco, Município de Catolé do Rocha-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Humanas e Agrárias da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

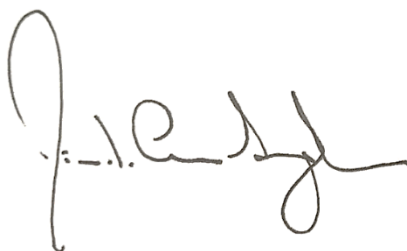
Área de concentração: Humana

Aprovado em 06 de Dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Evandro Franklin de Mesquita

Prof. Dr. Evandro Franklin de Mesquita – UEPB
Orientador



Prof. M.Sc. Rômulo Cesar Araújo Lima – UEPB
Examinador



Prof. M.Sc. Irinaldo Pereira da Silva Filho – UEPB
Examinador

**Católé do Rocha – PB
2021**

Dedico esta conquista em primeiro instante a minha família de sangue, minha mãe Enilda Francisca de Alencar meu pai Luiz Alves de Alencar e minha irmã Amanda Alves de Alencar. Mas estaria sendo injusta se não ressaltasse os demais familiares, amigos, colegas de trabalho, e tantas outras pessoas que também se alegram com essa conquista que não é só minha é NOSSA.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por ter me permitido realizar mais este sonho. Aos meus pais pelo apoio e pela confiança em mim depositada. Ao meu amor, Misto Félix de Alencar pelo apoio e incentivo. Aos meus amigos e colegas de trabalho pela paciência e colaboração nas horas em que mais precisei. Aos professores que ministraram todas as disciplinas durante o curso. Ao professor Prof.Dr Evandro Franklin de Mesquita pela orientação para que eu pudesse concluir mais esta etapa de estudo. A colega, amiga, companheira de todos os sábados Cleide Félix de Alencar, pelas caronas, pela paciência e sobretudo pela amizade.

Obrigada!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível. ”

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho analisou a melhoria da merenda escolar, bem como a infraestrutura da Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco com o benefício dos programas: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e também com o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). A estratégia incluiu a investigação documental da escola e uma revisão bibliográfica em páginas eletrônicas e bases científicas. Os programas PDDE e PNAE atingem a um grande contingente de escolas no país no sentido de auxiliar financeiramente o desenvolvimento dessas escolas. A Escola em estudo localizada na zona rural do município de Catolé do Rocha é beneficiada com os dois programas: PDDE e PNAE, e desde o ano de 2005 atua como unidade executora, gerindo estes recursos e buscando promover ações para otimizar o seu funcionamento, melhorando a qualidade de ensino. Os resultados mostram que os programas são similares quanto aos objetivos ao atenderem às necessidades nutricionais dos alunos, incentivando a promoção de práticas alimentares saudáveis e redução da evasão escolar, bem como, na melhoria física da escola, garantindo bem-estar a comunidade escolar.

Palavras chaves: Educação, políticas públicas, Escola rural

ABSTRACT

This study analyzed the improvement of school meals and the infrastructure of the State Elementary School of São Francisco with the benefit of the programs: PNAE (National School Feeding Programme) and also with the TSA (Direct Money in School Program). The strategy included a desk research school and a bibliographic review on websites and scientific basis. The TSA and PNAE programs reach a large number of schools in the country to assist financially the development of these schools. The School study located in rural of the Catolé do Rocha municipality is benefitting two programs: PDDE and PNAE, and since 2005 serves as Executive Unit, managing these resources and seeking to promote actions to optimize its operation, improving the quality of education. The results show that the programs are similar on the objectives to meet the nutritional needs of students, encouraging the promotion of healthy eating habits and reducing dropout rates, as well as in the physical school improvement, ensuring welfare school community.

Keywords: Education, public policy, rural school.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	23
Tabela 2	24
Tabela 3	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO	18
2.3 O PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA).....	20
2.4 PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR).....	25
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
ANEXOS - Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco	31

1 INTRODUÇÃO

A Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco está situada na zona rural, pertencente ao Município de Catolé do Rocha-PB. A referida escola foi construída no ano de 1962 com o nome Escola Municipal Higina Barreto para atender a comunidade do Sítio São Francisco e comunidades circunvizinhas. No ano de 1981, a escola foi estadualizada através do decreto de criação 8.964 de 12 de março de 1981, recebendo o nome de Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco com a seguinte infraestrutura: duas salas de aula, um alpendre, dois banheiros e uma residência que por muito tempo foi ocupada por uma professora pioneira Francisca Emília da Costa acumulando o cargo de gestora. Na oportunidade, a escola ofertava o ensino regular, da alfabetização a 4ª série, o Mobral e o ensino supletivo de 5ª a 8ª série. No ano de 2002, foi feita uma reforma e ampliação passando assim a constar de quatro salas de aula, ambiente para professores, diretoria, secretaria, cozinha, dispensa, almoxarifado além de dois banheiros e duas áreas cobertas.

Atualmente o prédio encontra-se em bom estado de conservação e conta com um total de 71 alunos matriculados, distribuídos em turmas individuais e multisseriadas funcionando do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e EJA da seguinte forma: 1º ano :05 alunos, 2º ano: 05 alunos, 3º ano:10 alunos, 4º ano: 15 alunos, 5º ano:12 alunos e EJA :24 alunos.No que se refere ao corpo docente, este é composto por quatro professoras sendo duas com pós-graduação na área de pedagogia e duas em processo de graduação, salientando ainda que duas residem no campo e duas na cidade.

A Escola é beneficiada por políticas públicas Federais a destacar dois programas: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)e também com o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)que visa atender as necessidades da escola no que se refere a bens de consumo e bens permanentes com a formação do Conselho Escolar, desde então administra os recursos de forma interna, visando atender a demanda das necessidades no tocante a aquisição de bens de consumo, bens permanentes e a realização de pequenos reparos na estrutura física. Os recursos do PDDE que a escola recebe estão divididos em dois segmentos denominados custeio e capital, dessa forma 20% do recurso destinado a ações de capital é utilizado na aquisição de materiais de caráter permanente que são doados a Secretaria do Estado para que seja feito o tombamento, e os 80% correspondem a

ações de custeio que é utilizado na aquisição de materiais para o uso rotineiro da escola como material de expediente, limpeza, bem como na realização de pequenos consertos na estrutura física da escola.

PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) foi criado em 1994 e regulamentado pela Lei 8.913/94, visando uma maior regularização no fornecimento das refeições, possibilitar melhoria na sua qualidade, atender aos hábitos alimentares dos estudantes, incentivar a economia local e regional, diminuir custos operacionais e estimular a participação da comunidade (MUNIZ e CARVALHO, 2007, p. 3). O Programa é uma política governamental, de âmbito nacional, que visa a suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais dos escolares durante a permanência na escola.

O PDDE é uma política pública que consiste no repasse anual de recursos por meio do FNDE às escolas públicas do ensino fundamental estaduais, municipais e do Distrito Federal e às do ensino especial, mantidas por organizações não governamentais (ONGs), desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (DOURADO, 2007). Portanto, a referida escola atende a exigência para adquirir neste recurso.

Os recursos, oriundos destes dois programas são destinados à aquisição de material permanente e de consumo necessários ao funcionamento da escola; à manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; à capacitação e ao aperfeiçoamento de profissionais da educação; à avaliação de aprendizagem; à implementação de projeto pedagógico; e ao desenvolvimento de atividades educacionais.

O objetivo foi analisar a melhoria da merenda escolar, bem como a infraestrutura da Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco com o benefício dos programas: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e também com o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A colonização do Brasil colocou em destaque duas culturas, a europeia, caracterizada como dominante e a indígena vista como dominada, daí a predominância de um jogo de interesses por parte dos colonizadores. Considerando a forma e os elementos que fizeram parte desse processo de colonização, percebe-se desde então um histórico processo de exclusão social que se reflete nos diversos segmentos da sociedade, e que ao longo do tempo foi ou é observado como algo natural.

Conforme aponta Carvalho (2008, p.18), o efeito imediato da conquista foi a dominação, a guerra pela escravização e pela doença de milhões de indígenas. Nesse contexto de desigualdades que se perpetua desde outrora, reconhecemos que a exploração dos nativos, o regime de escravidão e outras práticas, são elementos que contribuem de forma significativa para a formação social e cultural do povo brasileiro.

No que se refere à educação do campo, é importante ressaltar que o modelo de educação que vem sendo empregado pela cultura dominante e elitista, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, elevar a escolaridade dos sujeitos, sua cultura e seu padrão de vida. Há ainda insatisfação, ocasionada pelo acesso tardio a escola que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, são oferecidas sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos dessa política pública. Isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo conforme questiona Arroyo (2006):

Parece-me que é urgente pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas. Pesquisar essa dívida histórica. (ARROYO2006, p.104)

Pensando nesta situação de exploração do trabalhador e nas condições que oportunizam uma educação conscientizadora, Paulo Freire (2007) nos possibilita

observar o sistema educacional da sociedade brasileira, dentro do processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade. E considera como necessidade primordial dessa mudança, a leitura de mundo com o sujeito que aprende, mas que também ensina. Ele desenvolveu uma metodologia de ensino para a alfabetização e conscientização do trabalhador do campo que partia dessa leitura de mundo. Uma iniciativa surgida na década de 50, que continua presente na ação educativa de muitos professores do campo e da cidade.

Ao longo dessa trajetória, na busca por um espaço nessa nova sociedade considerada tão “desigual” surgem os movimentos sociais ainda que de forma discreta, discutindo questões relacionadas ao do homem do campo. De acordo com ANDRADE (1989) o movimento dos camponeses no Brasil como uma organização com o caráter de reivindicar melhores condições de vida e trabalho iniciou-se tardiamente. Dentre estes movimentos sociais que discutem questões sociais relativas ao bem-estar social do homem do campo, reconhecemos a expressiva atuação da Ligas Camponesas surgidas no Brasil no ano de 1945, composta por pequenos produtores rurais sem-terra através de associações civis sob direção do Partido Comunista Brasileiro. Neste mesmo ano, o advogado e político pernambucano, Francisco Julião, assume um papel fundamental como representante da causa relacionadas às Ligas e ao homem do campo. (VANDECK, 2001).

As Ligas Camponesas constituíram por sua vez, uma importante representação dos anseios dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida, inicialmente nomeada de Sociedade Agrícola e pecuária de Pernambuco (SAPP), as Ligas tiveram início com a atuação de um grupo de famílias arrendatárias do Engenho Galiléia em Pernambuco, cujo propósito era buscar assistência técnica para melhorias na produção, melhores condições de vida e de trabalho conforme menciona Silva (2009):

(...) em pouco tempo, a associação, “deixa de ser um movimento apenas assistencialista às pequenas causas locais dos camponeses, para tornar-se um movimento de atuação e de possíveis mudanças em esfera mais representativa e influente” como instrumento de protesto contra o cambão, o foro, o barracão, a falta de direitos trabalhistas e, pela reforma agrária.

Liderados pelo advogado Francisco Julião, as ligas camponesas deixaram de ser organizações e passou a ser um movimento a se expandir rapidamente para outros municípios e até mesmo outros estados conquistando espaço no cenário brasileiro e também no exterior uma vez que foi reconhecido com um movimento de

luta pela terra realizado no Brasil. Foi na Região Nordeste, onde atuou de forma mais intensa, haja visto, na década de 1950, o Nordeste assumir o estigma de uma região problemática, caracterizada como atrasada devido as condições climáticas.

De acordo com CALADO et al. (2007) os militantes das Ligas vestiam-se de “vendedores de doce” e, passando percebidos pelos capangas dos proprietários, convidavam os camponeses para tomar parte das reuniões, e a se associarem às Ligas.

Neste sentido, as manifestações sociais realizadas por este movimento assumem um caráter revelador da insatisfação de uma sociedade que embora livre, ainda se sente as margens de um país rico como o Brasil, isso se reflete nas palavras do hino ao camponês composto pelo líder do movimento da Ligas Camponesas Francisco Julião:

“(…). Não queremos viver na escravidão. Nem deixar o campo onde nascemos. Pela terra, pela paz e pelo pão: Companheiros, unidos venceremos. Hoje somos milhões de oprimidos sob o peso terrível do cambão. Lutando, nós seremos redimidos. A Reforma Agrária é a solução (…)

É na década de 1960 que o movimento vai perdendo espaço, “A partir de 1962, quando João Goulart estimula a sindicalização no campo, numa tentativa de controlar a mobilização agrária, vamos assistir a um enfraquecimento cada vez maior das “ligas”. (Bastos, 1984, p. 104). Esse declínio se dá também pelo fato do governo assegurar também aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas previstos na Consolidação dos Direitos Trabalhistas (CLT), e também em virtude do golpe militar de 1964, posteriormente estas organizações teriam seus interesses representado pelo Movimento do Trabalhadores sem Terra (MST).

O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) surge como uma das organizações mais articuladas desde o período do império, uma vez que, a instituição da lei das terras e abolição da escravidão não favoreceu as camadas mais pobres da sociedade, fazendo-se necessário a efetivação da união de pessoas e instituições na luta pela terra. De acordo com Fernandes (2000) o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio estado.

Nas palavras do autor a não realização da Reforma Agrária leva os moradores sem-terra a lutar por um espaço e conseqüentemente o governo a instituir uma política

de assentamentos. O ato de reivindicar a posse das terras se fortalece quando o governo de José Sarney adota o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), visando buscar melhorias através da implantação do estatuto da terra.

O MST propõe para além da Reforma Agrária outras transformações significativas para o Brasil, no tocante a inclusão social, pois em meio a avanços e conquistas, muitas famílias ainda vivem em assentamentos e lutam por uma melhor qualidade de vida.

O MST apresenta-se como as duas faces da mesma moeda, ou seja, ao passo que luta de maneira legítima pela posse das terras também tende a pecar em determinados casos, pois ocorre que em algumas invasões alguns integrantes do movimento se utilizam de violência, tanto com as pessoas quanto com a terra, através de incêndios e queimadas tornando a terra improdutiva, vale ressaltar ainda que também ocorre irregularidades por parte do Estado quando interfere com atitudes abusivas.

Contudo é reconhecível no MST características de um movimento social forte que através da proposta da Reforma Agrária busca uma transformação na sociedade brasileira, sobretudo no campo, visando assegurar aos camponeses além do direito a terra o reconhecimento dos seus direitos como cidadão, dentre eles a educação conforme afirma o art.205 da Constituição Federal Brasileira.

“[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]”.

Entre as inúmeras práticas excludentes ao longo desse processo histórico, observa-se também a educação, uma vez que, foi implantada nesse novo país a luz das características europeizadas, ou seja, prevalecendo desde então a cultura dominante, e isso de forma ainda mais acentuada no campo brasileiro, deixando a margem, grande parte da população ,como os nervosos indígenas, as mulheres, os trabalhadores rurais, que na concepção da elite não necessitariam de aprender a ler e escrever para desenvolver atividades domésticas e agrícolas, conforme comenta Leite(1999,p.14):

“A educação no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do

processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-pedagógica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente de roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.

A partir de então surge um modelo de educação, que pode ser definida como educação rural, pautada nos interesses dos poderosos principalmente na elite que detinha a posse das terras, os grandes latifundiários que usufruíam do trabalho dos camponeses sem a mera preocupação com valores sociais que compunham aquelas pessoas. Neste sentido Pinheiro(2011) pontua:

“[...] A educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido, nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para o escoamento da produção; na falta de atendimento adequado a saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso aos pequenos grupos de educação básica de qualidade entre outros[...].”

Com estas características, o campo assume o papel de um lugar apenas de negócios onde é priorizado o investimento em máquinas para tornar mais rápida a produção e conseqüentemente a renda, sendo que esta é concentrada nas mãos de poucos, como afirma Pinheiro(2011):

“[...]inovaram no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são os pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso à terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros[...].”

Diferente dessa concepção de educação que visa o campo apenas como um lugar de negócios surge um modelo de educação que reflete a insatisfação das classes menos favorecidas que buscam através das lutas e movimentos sociais “um lugar ao sol”. Para Caldart(2009), esse modelo de educação nasceu vinculada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho, dispostos a reagir a lutar, a se organizar contra a situação em que se encontravam ampliando o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

Dessa forma, reconhecemos na educação do campo uma proposta de integração dos diferentes sujeitos a fim de suprir necessidades relacionadas aos diversos fatores que compõem a população do campo. Nas palavras de Fernandes(2009), a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e

diferenciada, isto é, alternativa. Mas deve também contribuir para o processo de formação humana, que é capaz de construir referências que possibilitam a inserção, de forma significativa dos sujeitos na construção de uma sociedade mais humana. Neste sentido, as lutas e os movimentos sociais que deram voz e vez ao homem do campo, tiveram como intuito promover além de uma educação de qualidade para os camponeses buscar também dar um novo sentido ao campo através de elementos que o campo pode oferecer como suporte para a formação social dos sujeitos que lá residem.

A Educação do campo contrapõe o modelo de educação rural quando oportuniza e viabiliza novos olhares e possibilidades de vida no campo através das melhorias que podem ser buscadas através de uma educação pautada em valores, sociais, culturais entre outros. Este conceito de educação do campo vem surgindo como forma de propiciar aos moradores do campo a oportunidade de reconhecer-se dentro do seu espaço.

A proposta de uma educação voltada para os saberes e fazeres do campo também visa dialogar com a sociedade a representatividade do campo em nosso cotidiano, colocando em pauta recursos que permitem reconhecer a tamanha importância do campo para a cidade, uma vez, que são partes integrantes da mesma sociedade de forma que não podem ser dissociadas.

O diálogo construído através da educação do campo busca incentivar o fornecimento de um novo significado ao conceito que é associado a rural e urbano, de forma a refletir que não há uma superioridade de um em relação ao outro e sim particularidades que os tornam diferentes.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

A Educação é tida como uma das principais pontes na construção do ser humano, uma vez que possibilita o acesso ao conhecimento de forma que possa vir a promover transformações em si próprias e na sociedade ao redor.

O processo educativo num primeiro instante começa no seio familiar, onde há o aprendizado de regras de convivências bem como de valores morais que fazem parte da formação do ser humano, num segundo momento a escola passa a dar continuidade a este processo, oferecendo conhecimentos específicos referentes as

diversas áreas, pois como estabelece a Constituição Federal de 1988 no Art.205 “ A educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

Reconhecendo a Educação como algo bem além de um direito universal Caldart, (2004) vai dizer que:

“[...] É preciso pensar também que tratar do direito universal à educação é mais do que tratar da presença de todas as pessoas na escola; é passar a olhar para o jeito de educar que é o sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos , capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista [...]”.

No tocante aos fatores que de certa forma se tornam responsáveis por algumas das mudanças mais significativas na educação, estão as políticas públicas, que Vieira (2008) define como ações governamentais que o Estado estabelece para atender as necessidades da população e garantir os direitos sociais básicos previstos. Dessa forma, reconhecemos a educação pública como uma responsabilidade das esferas governamentais federal, estadual e municipal, daí a necessidade da promoção de medidas adequadas para trazer melhorias para este segmento social.

Ao compreender a educação como uma ferramenta de fundamental importância na transformação social de um país, reconhecemos que é de responsabilidade das esferas governamentais federal, estadual e municipal, daí a necessidade da promoção de ações através de políticas adequadas a trazer melhorias para o país.

No que faz referência a Educação do Campo, as implantações de políticas públicas vão chegar tardiamente em meados dos anos 90 através de lutas e bandeiras defendidas pelos movimentos sociais conforme aponta Arroyo (1999, p. 09).

“[...] Os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores[...]”.

Alguns programas de governo foram implantados a fim de promover mudanças no cenário educativo do país, como o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), Saberes da Terra e PROCAMPO (Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura do campo.

O PRONERA em 1997 surge nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva como meio de propagar a educação como um direito de todos

os camponeses, para que através dos conhecimentos adquiridos e das práticas sociais desenvolvidas possam reconhecer no campo condições favoráveis de vida através da oportunidade de escolarização de jovens e adultos. A essência do PRONERA está em integrar os sujeitos do campo para que possam através do conhecimento, colaborar na construção uma nova história na educação do campo, mudando assim o cenário do campo no país.

O Programa Saberes da Terra surge em 2005, com a finalidade de escolarizar jovens e adultos na modalidade EJA, com ênfase na qualificação social e profissional, atingindo os mais variados povos, a exemplo dos ribeirinhos, assentados, quilombolas e agricultores familiares, teve como objetivo promover um diálogo entre o saber adquirido na escola e o conhecimento de mundo que os sujeitos do campo já possuem ,afim de transformar essas experiências caminhos para uma nova realidade na educação do campo.

O PROCAMPO por sua vez, faz referência ao currículo, pois objetiva apoiar a implementação de cursos de licenciatura em educação do campo nas Instituições Públicas de Ensino superior com vistas a capacitar profissionais que atuam no campo, através de alternativas de formação voltadas para áreas específicas do campo.

2.3 O PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA)

Ao longo do tempo, ocorreram diversas mudanças no que se refere à Educação no Brasil, e uma delas faz referência a distribuição dos recursos financeiros para este segmento, no entanto faz-se perceber que tanto no Brasil, como em outros países adotou-se políticas públicas de transferência de recursos a fim de promover melhorias nas escolas e conseqüentemente na Educação.

A Constituição Federal em seu artigo 205 assegura a Educação como um direito de todos e um dever do Estado, bem como a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 determina em seu artigo 1º:

“[...] A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [...]”.

No que se refere às escolas do campo são evidenciados muitos entraves que, de certa forma, comprometem o bom desenvolvimento da educação nestes espaços.

São reconhecíveis a dificuldades enfrentadas pelo homem do campo em primeiro momento para permanecer no campo, posteriormente para manter seus filhos frequentando a escola, pois em sua grande maioria as escolas não oferecem boas condições no que se refere principalmente a estrutura física para atender aos alunos com as mínimas condições necessárias, neste sentido, Leite, (2002) destaca alguns dos problemas mais enfrentados na educação do campo como:

“[...] O elevado índice de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias acima de 25 anos; A baixa remuneração e qualificação dos professores, com predominância de professoras leigas responsáveis por classes, na sua maioria, multisseriadas; O elevado índice de exclusão e repetência; O crescente processo de municipalização da rede de ensino fundamental, que responde pela quase totalidade das matrículas nas séries iniciais das escolas rurais, sem que sejam viabilizadas as condições estruturais e pedagógicas [...]”.

No tocante as escolas do campo, estas são beneficiadas com a políticas públicas voltadas para todas as escolas, e outras especificamente para aquelas que se localizam no campo como é o caso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e do PDDE- Campo (Programa Dinheiro Direto na Escola para as Escolas do Campo), muito embora algumas não possuam autonomia interna para gerenciarem tais recursos.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado pela Resolução 12, de 10 de maio de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Posteriormente, passou a se chamar PDDE, devido à edição de Medida Provisória do Governo Federal (n. 1.784, de 14 de dezembro de 1998). Sua finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas de ensino fundamental das redes estaduais, municipais, do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), (FNDE, 2007).

O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) foi o primeiro programa de transferência de recursos financeiros Federais para as escolas, implantado no ano de 1995, que até o ano de 2003 contemplava apenas as escolas de ensino fundamental. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da

educação básica. O referido programa caracteriza-se como um programa descentralizador, no que diz respeito aos recursos federais, tendo como objetivo a transferência de recursos financeiros para as escolas públicas com o propósito de promover melhorias nas estruturas das escolas. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

O Programa, além de assegurar melhores condições de funcionamento para as escolas, proporciona também certa autonomia para a Instituição, uma vez que, promove um diálogo entre escola e a família com a finalidade de traçar novos rumos para a realidade da educação. Dessa forma, a atuação da comunidade nas tomadas de decisão na escola reforça ainda mais a proposta de descentralização e de gestão compartilhada.

No que se refere à participação da família na escola Matos (1994) menciona:

“[...] O envolvimento dos pais abrange todas as formas de colaboração dos pais no processo educativo dos filhos, incluindo a ajuda nos trabalhos de casa, o trabalho voluntário na escola e a comunicação com os professores. A participação dos pais na escola abrange as formas mais atuantes de colaboração dos pais na vida dos estabelecimentos de ensino, incluindo a participação e a influência na tomada de decisões. (pp. 27-28)[...]”.

A transferência dos recursos do PDDE(Programa Dinheiro Direto na Escola) é feita independentemente da celebração de convênio ou instrumento congêneres, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, através de uma parcela única. O recebimento e gerenciamento do recurso passa pela formação da UEX (Unidade Executora), que o FNDE define da seguinte maneira:

“[...] Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar dos estabelecimentos de ensino públicos beneficiários do PDDE (caixa escolar, associação de pais e mestres, conselho escolar ou similar) [...]”.

O repasse da verba do PDDE é realizado mediante depósito pelo FNDE na conta bancária específica da UEX que assume o caráter de pessoa jurídica. O valor é dividido em duas categorias custeio e capital, as despesas realizadas com o custeio

trata-se da aquisição de materiais de consumo e contratação de mão de obra para pequenos reparos na estrutura física da escola, no tocante as despesas de capital referem-se à aquisição de materiais permanentes que são incorporados ao patrimônio público. (FNDE Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013).

A modalidade PDDE Escola do campo, contempla as escolas localizadas no campo, em áreas de assentamentos, terras indígenas e remanescentes de quilombo, no caso das escolas do campo, são beneficiadas as que possuem entre 10(dez) e (50) cinqüenta alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental em classes multisseriadas que funcionam em prédios públicos. Essa política de fortalecimento da educação, tem por finalidade amenizar as dificuldades enfrentadas nas escolas do campo, que na maioria das vezes são reconhecidas como ambientes que oferecem estruturas precárias para o funcionamento. Conforme afirma o FNDE na Resolução 28 de 2011.

“[...] A maioria das escolas com classes multisseriadas localizadas no campo possui apenas uma sala de aula, onde se realizam tanto as atividades pedagógicas quanto as demais atividades envolvendo os sujeitos da escola e da comunidade. Além disso, é comum que o mobiliário escolar – carteiras, mesas, quadro de giz, armários e estantes – seja insuficiente para atendimento de alunos e professores ou em más condições de conservação. (FNDE, 2011) [...]”.

O valor a ser encaminhado para cada escola varia mediante a quantidade de alunos matriculados, e desse valor 70% é destinado a custeio e 30%, sendo disponibilizado pelo FNDE na Resolução 36 de Agosto de 2012, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) referente a custeio e capital.

Intervalo de Classe de Número de Alunos	Valor do Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
4 a 50	8.120,00	3.480,00	11.600,00
51 a 150	9.100,00	3.900,00	13.000,00
Acima de 150	10.500,00	4.500,00	15.000,00

O PDDE financia, com recursos federais, as despesas de custeio e de capital das escolas que aderirem à ação governamental, sem necessidade de celebração de convênios ou instrumentos semelhantes. Possui como responsabilidade a prestação de assistência financeira, de forma suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas rurais e às escolas privadas de educação especial (Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013).

O PDDE é repassado as escolas que estejam devidamente cadastradas no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, cuja base de dados é utilizada como referencial para calcular os recursos devidos, de acordo com o quantitativo de alunos matriculados no ensino básico¹. A parcela de repasse financeiro destinado a cada escola pública tem, portanto, como referencial a quantidade total de alunos matriculados na escola, de acordo com o Censo Escolar realizado no ano anterior ao do exercício (SANTANA, 2014, p. 37).

Na Escola em estudo, os dados são evidenciados na Tabela 2 que apresenta os valores recebidos nos últimos 5 anos através do PDDE.

Tabela 2. Valores recebidos pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE na escola EEEF de São Francisco, no período de 2010 a 2014.

ANO	Nº ALUNOS	DE CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
2010	42	810,72	202,68	1.013,40
2011	42	9.225,84	3.806,46	13.032,30
2012	45	420,48	630,72	1.051,20
2013	73	2.422,00	1.038,00	3.460,00
2014	64	2.624,00	656,00	3.280,00
Total				21.836,90

Fonte: autora, 2014.

Conforme os dados da Tabela 2, a escola oscilou no tocante ao recebimento dos recursos, em virtude do número de matrículas, e também em função do PDDE Campo que ocorreu no ano de 2011, gerando um acréscimo de 12.000,00 para ações de custeio e capital. Dentre estas ações, pode se observar a aquisição de mobiliário para a escola, pequenos serviços como pintura, reposição de portas janelas e lâmpadas, entre outros. Contudo, observa-se ainda que os recursos de custeio e capital também variaram com percentuais de 20 a 40% de acordo com os anos. De acordo com informações colhidas na escola, percebe-se no PDDE um formato positivo, pois contribui para que os estados e municípios assumam a descentralização

da escola por meio do repasse de recursos direto para a escola. O governo federal, através do PDDE (Dinheiro Direto na Escola), repassa recurso direto para as escolas, o que é acompanhado, na rede estadual, pelo Pró – Escola, ou seja, pela cota estadual do FNDE/Fundef.

A Educação Básica contempla a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio; de acordo com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, emendada pela Lei nº 12.796 de 2013. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2.4 PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos valida a essencialidade de um nível de vida suficientemente seguro, no que tange a saúde e bem-estar, em especial o acesso à alimentação e aos serviços sociais (SILVA, 2009, p. 46). Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa um incentivo na melhoria da merenda escolar das escolas da renda pública, promovendo a saúde e a nutrição de um grupo populacional específico, em especial a todos os alunos da renda pública. Para Gabriel et al. (2014), o PNAE é dos programas brasileiros com maior destaque na segurança alimentar e nutricional, que reafirma o princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada na escola.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado o mais antigo programa social na área de alimentação e nutrição (MASCARENHAS e SANTOS, 2006; CHAVES et al., 2007; BITTENCOURT, 2007; SILVA, 2009). O objetivo do programa, segundo Silva (2009):

“[...]Garantia de uma alimentação escolar saudável aos estudantes da educação infantil e ensino fundamental da rede pública dos meios urbano e rural, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar [...]”.

O PNAE funciona por meio da transferência de recursos financeiros para garantir no mínimo 15% das necessidades diárias dos alunos do ensino infantil e fundamental e 30% das necessidades diárias dos alunos das creches, das escolas indígenas e daquelas localizadas em áreas remanescentes de quilombos (CHAVES A et al., 2009). O Programa assume papel fundamental para o fornecimento de uma alimentação saudável, desde a infância, período que constitui a base da formação do

ser humano, é justamente nessa fase que se formam os hábitos alimentares. Os familiares e a escola são muito importantes, pois é por meio deles que os valores serão repassados e a criança passa a conhecer novos alimentos (MASCARENHAS e SANTOS, 2006).

Tabela 3. Dados dos recursos do PNAE na escola em estudo EEEF de São Francisco, no período de 2010 a 2014.

ANO	Nº DE MARÍCULAS	VALOR
2010	42	2.340,00
2011	42	2.520,00
2012	74	4.200,00
2013	73	4.380,00
2014	64	3.840,00
Total		17.280,00

Como apontam os dados da Tabela 3, referente ao recebimento de recursos da merenda o valor informado corresponde as 10 parcelas enviadas mensalmente a cada ano, vale salientar que o valor é designado pela quantidade de alunos do censo do ano anterior, mas no caso do ano de 2012, alguns alunos foram acrescentados ao total que havia sido contabilizado pelo censo haja vista a implantação da EJA (Educação de jovens e adultos) no referido ano. Os recursos são destinados à aquisição de frutas, verduras, legumes e cereais para a confecção da merenda e cada parcela será correspondente a vinte dias letivos.

Quanto à importância desses programas, observou-se através de estudo de dados da escola que a maioria dos alunos apresentaram melhor rendimento e por conseguinte menor evasão. Essa questão é reforçada devido à necessidade financeira dos seus pais, que em alguns casos, alunos chegam a escola sem uma alimentação adequada. Este resultado mostra que qualquer intervenção na área ligada à alimentação e nutrição, principalmente quando envolve aspectos educativos melhora a aprendizagem dos alunos. Estes resultados concordam com Chaves et. (2009, p. 865):

“[...] A alimentação e o desenvolvimento de hábitos saudáveis são recursos educacionais versáteis, e têm o potencial de reunir toda a comunidade escolar, incluindo as famílias, em torno de uma discussão prática e motivadora, especificamente de programas para a promoção de alimentação saudável [...]”.

Os mesmos autores referem-se que a escola exerce grande influência na formação de crianças e adolescentes, atores da comunidade escolar essenciais para a multiplicação de informações. Portanto, a escola constitui um centro de ensino-aprendizagem, convivência e crescimento importante, e nela se adquirem valores vitais fundamentais. Na mesma linha de raciocínio Muniz e Carvalho (2007), ressaltam que os alunos das escolas do município de João Pessoa também consideraram a alimentação escolar muito importante para melhorar o aprendizado, além de que, alguns alunos disseram que só frequentam a escola por causa da merenda escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAE e PDDE podem ser considerados um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes de que os alunos necessitam, mas também por se constituir em espaço educativo para alimentação saudável, melhorando o aprendizado em detrimento a melhoria da merenda escolar, além do benefício na infraestrutura da escola.

Em síntese, observou-se que os programas analisados melhoram o cardápio da escola pela diversificação alimentar, no ambiente escolar, que possibilita atender às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica, incentivando a promoção de práticas alimentares saudáveis e possibilitando maiores condições para a permanência dos alunos nas unidades, com um melhor rendimento educacional.

Com este estudo, pudemos fazer reflexões teóricas acerca do contexto educacional do campo apresentando conceitos do percurso histórico do campo brasileiro evidenciando, desde as lutas pela terra até a implementação de políticas públicas que viabilizam melhorias nas escolas e, por conseguinte na educação.

No primeiro momento, discutimos como se delineou o papel do campo no cenário brasileiro, contextualizando a representação dos movimentos sociais e suas contribuições para as mudanças, sobretudo na educação campo. No segundo momento, o enfoque esteve voltado para o papel das políticas públicas, destinadas ao campo enfatizando seus objetivos e propostas para propor melhorias na educação

do campo destacando a atuação da EEEF de São Francisco abordando de forma mais peculiar a execução do PDDE e do PNAE evidenciando dados que apontam os benefícios que estas políticas públicas federais trouxeram para a escola em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002 – 2ª ed.
- ANDRADE, M. C. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2 ed., 1989. (Coleção Princípios)
- ARROYO, M.G. Educação Básica e Movimentos Sociais. In: VV.AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, p 15 -52,1999.
- BASTOS, E; R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis; Vozes, 141 p., 1984
- BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 19, DE 21 DE MAIO DE 2013. Ministério da educação. Brasília: Conselho Deliberativo, 2013.
- CALADO, A. et al. (Org.). **Memórias do Povo - João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba**. 2007.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**.São Paulo: .Expressão popular, 3 ed., 2004.
- CARVALHO, J.M. **A Cidadania no Brasil:o longo caminho**.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10 ed ,2008.
- CHAVES, L.G.; MENDES, P.N.R.; BRITO, R.R.; BOTELHO, R.B.A. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n.6, p.857-866, 2009
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2 ed. 2000.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.
- LEITE,S.C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez,1999.
- MATOS, A.. **A Escola nas suas relações com os pais**. In Matos. A. ePires, J. **Escola, pais e comunidade**: construção de comunidades de interesse. Porto: Publicações Politeama, Cadernos Profissionais, n.º 2., 1994.
- MUNIZ, V.M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do Estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 3, n. 20, p. 285-296, 2007.
- MUNIZ, V.M.; CARVALHO, A.T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição**, Caminas, v. 20, n.3 Campinas, p. 1-19, 2007
- PINHEIRO, M.S.D. **A Concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas na sociedade brasileira**. Disponível em:

<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politcas/shtml>. acesso em: 24 set. de 2014..

SANTANA, A.F.S. **Programa Dinheiro Direto na Escola**: análise da prática de participação na Associação de Pais e Mestres da Escola Classe 108 Sul. 2014. 70 f. Monografia (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília. 2014

TEO, C. R. P. A.; CORRÊA, E. N.; GALLINA, L. S., FRANZOZI, C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. **Nutrire**: revista da Sociedade Brasileira de Alimentação, São Paulo, SP, v. 34, n. 3, p. 165-185, 2009.

VANDECK, S.. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Recife: Assembleia Legislativa, 2001. (Série Perfil Parlamentar Século XX, 8).

VIEIRA, S. L. **Educação**: política e gestão da escola. Fortaleza: Liber livro 2008.

ANEXOS - Escola Estadual de Ensino Fundamental de São Francisco

